

INDÚSTRIAS J.B. DUARTE S/A

Demonstrações financeiras intermediárias
dos períodos findos de três e nove meses
findos em 30 de setembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e acionistas da

Indústrias J.B. Duarte S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Indústrias J.B. Duarte S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três meses findos naquela data e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui valores a receber junto à empresa Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda. no montante de R\$ 33.881 mil (R\$ 33.896 em 31/12/2015). Ainda, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui valores a receber junto a sua controladora Duagro S.A. Adm. e Participações, no montante de R\$ 32.063 mil (29.799 mil em 31/12/2015). Em análise a composição dos saldos, não podemos afirmar que estes valores serão realizados e muito menos mensurar a necessidade de reconhecimento de perdas estimadas com o recebimento destes créditos, onde devido à materialidade podem produzir distorções relevantes nos números da Companhia.

2) As incertezas significativas comentadas no parágrafo (1) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estes riscos. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2016 não divulgam estes fatos.

3) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, em 30 de setembro de 2016, a Companhia mantém contingências cíveis referentes contratos firmados junto ao Banco Itaú - Unibanco S.A. no montante de R\$ 5.030 mil (R\$4.691 mil em 31/12/2015). Não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles empréstimos e garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

4) Conforme nota explicativa nº 12, a Companhia foi excluída no ano de 2015 do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 por ausência de pagamentos e que o saldo devedor remanescente não está devidamente evidenciado na contabilidade devido à falta de informações junto a Receita Federal para efetuar a composição deste saldo devedor. Em nossos trabalhos não nos foi possível quantificar o montante devido e muito menos realizar procedimentos alternativos de auditoria para confirmação dos saldos, onde possíveis distorções podem produzir distorções relevantes nos números da Companhia.

5) A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 13, em 30 de setembro de 2016 possui débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões (em 2008), sendo que naquela data parcela da dívida inscrita fora objeto de execução fiscal no montante R\$ 52.417 mil, que atualizado até 30/09/2016 monta em 75.370 mil (R\$ 69.841 em 31/12/15). Para esta parcela objeto de execução fiscal a Companhia vem reconhecendo a devida provisão contábil com base na opinião de seus assessores jurídicos, sendo que o total desta

contingência fiscal, devidamente atualizada (conforme extrato consolidado emitido dia 22/09/2016 junto a PGFN), monta em R\$ 285.835 mil. Desta forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos, sendo possível haver necessidade futura de se ajustar esses valores, onde devido à materialidade, podem produzir distorções relevantes nos números da Companhia.

Abstenção de opinião sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 5 incluídos na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de revisão apropriada e suficiente que nos permitisse concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfases

Continuidade operacional

Conforme nota explicativa 1, a Companhia encontra-se com as atividades limitadas aos investimentos em sua controlada NewRealty, que por sua vez esta encontra ainda em fase pré-operacional. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Reconhecimento de perdas sobre ativos

Conforme nota explicativa 4, a Administração da Companhia optou pelo reconhecimento contábil das perdas referente valores a receber junto à empresa Asian Commercial Trade Limited. no montante de R\$ 41.470 mil em 30/09/2016, sem perspectiva de realização destes ativos.

Contingências Ativas junto a União Federal

Conforme descrito na nota explicativa 19.1, a Companhia pleiteia junto à justiça, a restituição de valores recolhidos para o desembaraço de importações de trigo, vindas da Argentina, e sendo este país membro da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), estavam isentas do respectivo tributo. A Companhia esclarece que a presente ação encontra-se com decisão favorável em segunda instância, sendo que em 22/02/2017, o Supremo Tribunal Federal da 3ª Região, publicou decisão transitada em julgado favorável a Companhia, não restando mais possibilidade de recurso por parte da Receita Federal, aguardando a processo de apuração dos valores. O montante dos créditos fiscais a ser objeto de restituição está estimado pelos assessores jurídicos em R\$ 110 milhões, e que Companhia espera compensar quase na sua integralidade com as obrigações tributárias na qual se encontra devedora perante a PGFN.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias apresentadas para fins de comparação

As Informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas informações trimestrais, relativas: i) ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015; ii) às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e iii) demais valores e informações incluídos em notas explicativas relativos a esses períodos, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 24 de abril de 2016, e relatório de revisão datado de 13 de novembro de 2015. O relatório sobre a revisão das informações do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 foi emitido sem modificações. Já o relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi emitido com ressalvas quanto: (a) Não recebimento de resposta de circularização dos advogados (Guezine, Francischini e Advogados Associados) com as informações dos processos cíveis movidos por instituições financeiras contra a Companhia e que o saldo constante nas demonstrações contábeis, na rubrica Instituições Financeiras, descrita na nota explicativa 10, no montante de R\$ 11.960 mil, poderia ser divergente daquele a ser informado pelos advogados; (b) Não recebimento da resposta de circularização dos advogados (Souza & Luvison Advogados) com as informações dos processos fiscais movidos contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2015, sendo que parte do saldo constante nas demonstrações contábeis, na rubrica Provisões para Contingências – Não Circulante descrita na nota explicativa (12), no montante de R\$ 69.841 mil, poderia ser divergente daquele a ser informado pelos advogados; e (c) Os impostos e contribuições federais descritos na nota explicativa (11), não estão sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos

decorrentes das adesões ao parcelamento do programa REFIS, que conforme comentado na nota explicativa 17, a Cia. deixou de pagar, que motivou em sua exclusão ao referido programa (Lei 11941/09), não sendo possível por aqueles auditores mensurar o montante pendente de recolhimento. Ainda, emitiram no referido relatório ênfase sobre a existência de contingências tributárias na ordem de R\$ 202 milhões para com a União Federal, todavia de acordo com seus assessores jurídicos o máximo de perda projetada em 31 de dezembro de 2015 seria de R\$ 69.841 mil (R\$ 61.676 mil em 31/12/14), e ainda emitiram nota de ênfase sobre a informação contida na nota explicativa 16 “b”, onde a Cia. pleiteia junto à justiça, a restituição de valores recolhidos para o desembaraço de importações de trigo, vindas da Argentina, igual ênfase que também acrescentamos ao nosso relatório. Por fim, acrescentaram ênfase sobre a informação que as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

São Paulo, 03 de abril de 2017.

AUDIFISCO - Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 002.135/0-1

Índice

Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado do Exercício	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12 a 21

INDÚSTRIAS J.B. DUARTE S/A

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 30 de Setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015			30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	1	1	Empréstimos e financiamentos	11	5.030	11.960	5.030	11.960
Contas a receber	4	-	33.896	1.138	34.563	Obrigações trabalhistas e sociais		340	342	350	352
Adiantamentos diversos		5	5	5	5	Obrigações tributárias	12	9.350	7.985	9.569	8.204
Total do ativo circulante		5	33.901	1.144	34.569	Partes relacionadas	7	982	-	982	-
						Outras contas a pagar		720	720	1.077	1.073
Não circulante						Total do passivo circulante		16.422	21.007	17.008	21.589
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber	4	33.881	39.154	36.085	41.595	Provisão para contingências	13	77.777	72.248	77.777	72.248
Imóveis destinados a venda	5	-	-	4.000	4.000	Total do passivo não circulante		77.777	72.248	77.777	72.248
Depósitos judiciais	6	6.864	6.511	6.910	6.557	Total do passivo		94.199	93.255	94.785	93.837
Partes relacionadas	7	32.063	29.799	32.063	30.034	Patrimônio líquido					
IRPJ e CSL a recuperar	8	-	3.310	-	3.310	Capital social	14	106.922	104.137	106.922	104.137
		72.808	78.774	79.058	85.496	Reserva de capital		11	11	11	11
Investimentos	9	14.542	14.547	-	-	Reserva de Lucros		3.610	3.610	3.610	3.610
Propriedades para investimento	10	4.901	2.103	12.621	9.823	Reserva de reavaliação	14.1	-	2.086	-	2.086
Imobilizado líquido		-	-	19	19	Prejuízos acumulados		(112.486)	(73.774)	(112.486)	(73.774)
Total do ativo não circulante		92.251	95.424	91.698	95.338	Total do patrimônio líquido		(1.943)	36.070	(1.943)	36.070
						Total do passivo e patrimônio líquido		92.256	129.325	92.842	129.907
Total do ativo		92.256	129.325	92.842	129.907						

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS J.B. DUARTE S/A

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais)

	notas	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Nove Meses	Nove Meses	Nove Meses	Nove Meses	Três meses	Três meses	Três meses	Três meses
		01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15	01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15	1/07/ a 30/09/16	1/07/ a 30/09/15	1/07/ a 30/09/16	1/07/ a 30/09/15
Despesas operacionais	15								
Gerais e administrativas		(977)	(172)	(982)	(196)	(957)	-	(959)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(29.558)	(8.201)	(29.558)	(8.201)	(29.558)	(2.746)	(29.558)	(2.745)
Equivalência patrimonial		(5)	(24)	-	-	(2)	1	-	-
		(30.540)	(8.397)	(30.540)	(8.397)	(30.517)	(2.745)	(30.517)	(2.745)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(30.540)	(8.397)	(30.540)	(8.397)	(30.517)	(2.745)	(30.517)	(2.745)
Resultado financeiro líquido	16								
Receitas financeiras		5.071	6.137	5.071	6.137	507	2.264	507	2.264
Despesas financeiras		(8.566)	(1.013)	(8.566)	(1.013)	(3.333)	(444)	(3.333)	(444)
		(3.495)	5.124	(3.495)	5.124	(2.826)	1.820	(2.826)	1.820
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(34.035)	(3.273)	(34.035)	(3.273)	(33.343)	(925)	(33.343)	(925)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.366)	(539)	(1.366)	(539)	(1.366)	(229)	(1.366)	(229)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(35.401)	(3.812)	(35.401)	(3.812)	(34.709)	(1.154)	(34.709)	(1.154)
Prejuízo líquido por ação		-63,5022	-6,8380	-63,5022	-6,8380	-62,2609	-2,0700	-62,2609	-2,0700

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS J.B. DUARTE S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2014	104.137	11	2.086	3.610	(69.554)	40.290
Prejuízo do período					(3.812)	(3.812)
Em 30 de setembro de 2015	104.137	11	2.086	3.610	(73.366)	36.478
Em 31 de dezembro de 2015	104.137	11	2.086	3.610	(73.774)	36.070
Reversão da reserva de reavaliação	-	-	(2.086)	-	-	(2.086)
Aumento de Capital conforme AGE de 31/08/2016	2.785	-	-	-	-	2.785
Reversão de impostos IRPJ e CSL diferido ativos	-	-	-	-	(3.311)	(3.311)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(35.401)	(35.401)
Em 30 de setembro de 2016	106.922	11	-	3.610	(112.486)	(1.943)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INDUSTRIAS J.B. DUARTE S/A

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15	01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro/prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(35.401)	(3.813)	(35.401)	(3.813)
Ajustes patrimoniais:				
Provisão para devedores duvidosos	39.154	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	24	-	-
Resultado na baixa de financiamentos	(7.508)	-	(7.508)	-
Juros incorridos s/ financiamentos	578	-	578	-
Provisão para contingências	5.529	6.163	5.529	6.163
	(2.086)	-	(2.086)	-
Imposto de renda e contribuição social	1.366	-	1.366	-
	1.637	2.374	(37.522)	2.350
Variações do capital circulante:				
Aumento/redução em contas a receber	(5.258)	(3.592)	33.422	(3.592)
Aumento em outros créditos	4.919	(617)	5.157	(617)
Redução em fornecedores	-	(39)	-	(39)
Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	(2)	861	(2)	860
Aumento em outras contas a pagar	-	-	5	-
	1.296	(1.013)	1.060	(1.038)
Caixa proveniente das operações				
IRPJ e CSLL pagos	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.296	(1.013)	1.060	(1.038)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(2.798)	-	(2.798)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.798)	-	(2.798)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	2.785	-	2.786	-
Variação de partes relacionadas	(1.283)	1.013	(1.048)	1.013
Caixa Líquido Usado nas Atividades de financiamentos	1.502	1.013	1.738	1.013
Variação líquido de caixa e equivalente	-	-	(0)	25
Caixa e equivalente ao caixa no início do período	-	-	1	-
Caixa e equivalente ao caixa no fim do período	-	-	1	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS J.B. DUARTE S/A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

(Em reais)

	R\$			
	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15	01/01 a 30/09/16	01/01 a 30/09/15
RECEITAS				
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Despesas Gerais/Administrativas	(30.535)	(8.373)	(30.540)	(8.397)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(30.535)	(8.373)	(30.540)	(8.397)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(30.535)	(8.373)	(30.540)	(8.397)
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO				
Receitas Financeiras	5.071	6.137	5.071	6.137
Resultado da Equivalência Patrimonial	(5)	(24)	-	-
	5.066	6.113	5.071	6.137
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(25.469)	(2.260)	(25.469)	(2.260)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
Pessoal				
Administradores	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	1.366	539	1.366	539
Subtotal	1.366	539	1.366	539
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Despesas Financeiras	8.566	1.013	8.566	1.013
Subtotal	8.566	1.013	8.566	1.013
Acionistas				
Prejuízo do Exercício	(35.401)	(3.812)	(35.401)	(3.812)
Lucro retido - Reserva Legal	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-
Subtotal	(35.401)	(3.812)	(35.401)	(3.812)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	(25.469)	(2.260)	(25.469)	(2.260)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A** (Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia inicialmente explorava, como atividade principal, a exploração industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades. Desde 1997 a Companhia redirecionou o seu negócio, passando a atuar predominantemente como administradora de bens próprios e investimentos em outras Companhias. Devido aos altos custos operacionais e a atual situação financeira do Grupo, por decisão dos acionistas controladores, a Companhia mantém atualmente apenas investimento em uma empresa que tem como atividade pré-operacional a atividade imobiliária. Ainda, a Companhia vem realizando ações para o realinhamento dos seus indicadores financeiros e trabalhando fortemente num processo de renegociação de seus passivos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Individuais e Consolidadas)

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o International Accounting Standards - (IAS) nº 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Indústrias J.B.Duarte S.A., de 31 de dezembro de 2015, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - IASB.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “New Realty” descrita na Nota Explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Demonstração do resultado abrangente (DRA)

Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

2.4. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis controladora e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas intermediárias do exercício findo em 30 de setembro de 2016 foi autorizada pela Diretoria em 03 de abril de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Estimativas contábeis e julgamentos – As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
- b) Transações com partes relacionadas - As contas mantidas com empresas ligadas, coligadas e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.
- c) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
- d) Investimentos - Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.
- e) Imobilizado - Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados pelo valor histórico de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e por ajuste de avaliação patrimonial (antiga reavaliação).
- f) Empréstimos e financiamentos - As obrigações em moeda nacional estão classificadas no passivo circulante na nomenclatura “instituições financeiras”, e nela encontram-se demonstrados os encargos normais e variações monetárias incorridas.
- g) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.

4 – CONTAS A RECEBER

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	Descrição	30/09/16	31/12/15	30/09/16
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda. (*1)	-	33.896	-	33.896
Fazenda São Pedro Agropecuária Ltda.	-	-	666	666
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	472	-
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	1
Total	-	33.896	1.138	34.563

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	Descrição	30/09/16	31/12/15	30/09/16
ACT – Asian Commercial Trade Limited. (*2)	-	39.154	-	39.154
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-	-	1.653	2.127
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda.	36.141	-	36.690	314
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	1	-
Total	36.141	39.154	38.344	41.595

(*1) Refere-se a empréstimos obtidos para financiamento de capital de giro, sem negociação de encargos financeiros.

(*2) Refere-se à renegociação de dívidas por meio de instrumento de “Confissão de Dívida” firmado em 10/2014 no montante de R\$ 39.154 mil, e que estavam sujeitas a atualização monetária a partir de 2016 com base nos índices do IGPM/FGV, onde em 30/09/2016 o valor atualizado era de R\$ 41.470 mil. Em 30/09/2016, com base no questionamento da auditoria externa, efetuamos revisão e dos riscos e incertezas sobre o recebimento destes créditos, onde a Administração optou pelo reconhecimento contábil das perdas estimadas no total dos créditos, inclusive dos valores levados a esta conta em 2016 a título de atualização monetária.

5 – IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

Representados por terreno adquirido pela controlada “New Realty” para futuros empreendimentos imobiliários, aguardando regularização imobiliária junto à prefeitura de Cabreúva/SP.

6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Processos trabalhistas	98	98	144	144
Créditos a receber em depósitos judiciais (*1)	6.766	6.413	6.766	6.413
Total	6.864	6.511	6.910	6.557

(*1) Valores referentes a dois processos: 20ª. Vara Justiça Federal – processo 95.006.1237-2 e 18ª. Vara Cível – processo 53064821991.

7 – PARTES RELACIONADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Duagro S/A Adm. e Participações (*1)	32.063	29.799	32.063	29.799
Monte Mor S/A – Com. Imp. Exp.	-	-	-	95
Thereza Christina C. Duarte	-	-	-	140
Total	32.063	29.799	32.063	30.034

(*1) - Os empréstimos de mútuo visam à cobertura de necessidade de caixa das empresas e estão suportadas por contrato de mútuo e incidência de encargos financeiros com base na variação da CDI.

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Créditos IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	1.925	-	1.925
Créditos CSL sobre base de cálculo negativa	-	1.385	-	1.385
Total	-	3.310	-	3.310

Os tributos diferidos ativos vinham sendo apresentados pelo valor líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado à mesma autoridade fiscal, sendo que os valores foram apurados considerando a utilização das alíquotas nominais combinada dos impostos IRPJ e CSLL à alíquota de 34%.

Com base nas projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia vinha optando por reconhecer parcela do imposto de renda e a contribuição social, correspondentes os direitos sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, a ser compensados nos próximos exercícios sociais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários estavam sendo fundamentadas substancialmente nas estimadas a recuperação dos créditos fiscais quando da amortização de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes quando da realização dos resultados fiscais dos próximos 05 exercícios fiscais, mantendo os saldos no “ativo não circulante”, em atendendo a Deliberação CVM 599/2009 que aprovou o CPC 32 – Tributação sobre o Lucro (item 34 a 38). Por orientação da auditoria, no 3º trimestre de 2016 a Administração da Companhia reverteu a totalidade dos créditos fiscais pois restaram controversos a recuperação destes créditos nos próximos exercícios sociais.

9 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.	
	30/09/16	31/12/15
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124,00	21.000.124,00
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	14.547	14.547
Resultado do exercício	(5)	(40)
Valor contábil investimento inicial	14.542	14.586
Aumento de investimento	-	-
Equiv. Patrim. – s/resultado		(39)
Valor investimento ajustado	14.544	14.547

10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Imóveis (*1)	4.901	2.103	4.901	2.103
Terrenos	-	-	7.720	7.720
Total	4.901	2.103	12.621	9.823

(*1) Conforme contrato de compra e venda assinado em 30 de maio de 2016, a Companhia adquiriu 50% de uma propriedade rural no Município de São José dos Campos – SP denominada Fazenda São Pedro das Araucárias, em valores de mercado no montante de 2.797.630,00, constituindo um crédito no mesmo montante a empresa vendedora Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.

11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Banco Itaú-Unibanco S.A.	5.030	4.691	5.030	4.691
Banco Rural S.A. (*1)	-	7.269	-	7.269
Total	5.030	11.960	5.030	11.960

Referem a contratos de empréstimos que encontram sub judice, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP, até a data do encerramento do balanço.

(*1) Conforme decisão transitado em julgado proferida no auto de adjudicação referente processo 0380021-02-1996-8-26-0010, ocorreu a liquidação da dívida com o aceite de bens imóveis da Companhia, onde a Administração efetuou a baixa da dívida.

12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
IRRF a recolher	141	141	141	141
IRPJ a recolher	3.839	2.840	3.992	2.993
Contribuição social a recolher	1.454	1.088	1.520	1.154
Parcelamento – Lei 11941/09 (*1)	3.678	3.678	3.678	3.678
PIS/COFINS/Csll retidos a recolher	7	7	7	7
Impostos diversos a recolher	231	231	231	231
Total	9.350	7.985	9.569	8.204

(*1) Refinanciamento fiscal REFIS - A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela empresa. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. No exercício de 2015 não foi feito pagamento das parcelas, e dessa forma houve a exclusão ao programa de parcelamento. Devido falta de informações junto a Receita Federal não foi possível quantificar o montante devido.

13 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Contingências Trabalhistas	2.407	2.407	2.407	2.407
Contingências Tributárias (*1)	75.370	69.841	75.370	69.841
Total	77.777	72.248	77.777	72.248

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

(*1) - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS - Em Despacho de 19/05/2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417 mil, que atualizado até 30/09/2016 monta em 75.370 mil (R\$ 69.841 em 31/12/15).

Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2008, bem como da publicação dos respectivos Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício findo em 31/12/2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a Companhia pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas.

A Companhia através de seus assessores jurídicos não obteve até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas. Também, conforme AGO de 30/04/2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760,00 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

Tributos Federais - Processos de nºs 2005.61.82.005849-9, 2005.61.82.023716-3 e 2005.61.82.032177-0, os Advogados da Companhia ingressaram em 13/08/2008 com Ação Judicial Declaratória de Inexigibilidade do Ato Declarativo da Dívida Ativa, contra a Fazenda Nacional, demonstrando que dos valores cobrados através da execução e constantes do processo administrativo, originários de autos de infrações de imposição de multas, não haviam sequer sido discutidos no seu mérito na esfera judicial e não tendo fundamento legítimo, assim como outros, encontram-se prescritos e ou foram considerados inconstitucionais, valores esses que se referem aos anos de 1992 a 1994.

Sobre o saldo remanescente, cabe informar que a Companhia finalizou as análises jurídicas e ingressou com novas ações judiciais, pois os valores de origem datados do período entre 1992 a 1996, no montante de R\$ 22.847 mil, não foram objeto de perícias e discussão na esfera judicial até o momento. Neste ponto, dado as incertezas quanto à legitimidade e quanto a valores, a probabilidade dessa contingência passiva é de difícil mensuração com suficiente segurança, razão pela qual está sendo divulgado o fato em Nota Explicativa. Não há até o momento, nenhuma informação consistente sobre a atual posição dentro do judiciário e mesmo sobre seu possível julgamento.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2016, foi homologado o Aumento de Capital Social, dentro do limite de Capital Autorizado, aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 18/05/2016 e verificado na Reunião do Conselho de Administração de 10/08/2016, no montante de R\$ 2.785.534,76 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), passando o mesmo de R\$ 104.136.767,23 (cento e quatro milhões, cento e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos) para R\$106.922.301,99 (cento e seis milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e um reais e noventa e nove centavos), através da emissão para subscrição particular de 557.477 (quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete) ações, sendo 185.830 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta) ações ordinárias e 371.647 (trezentos e setenta e uma mil, seiscentos e quarenta e sete) ações preferenciais.

Em resumo, o capital social em 30/09/2016 é de R\$ 106.922.301,99 é constituído de 1.114.954 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ações ordinárias	371.660	185.830
Ações preferenciais	743.294	371.647
Total	1.114.954	557.477

b) Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício findo em 30/09/2016 apresenta prejuízo, não sendo possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio, tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6.404/76 que determina que antes de qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c) Resultado por ação:

3º Trim.2016	<u>Ações</u> <u>Preferenciais</u>	<u>Ações</u> <u>Ordinárias</u>	<u>Total 2016</u>
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(23.601)	(11.800)	(35.401)
Quantidade de ações	743.294	371.660	1.114.954
Resultado por ação – R\$	(31,75)	(31,75)	(31,75)

Exercício de 2015	<u>Ações</u> <u>Preferenciais</u>	<u>Ações</u> <u>Ordinárias</u>	<u>Total 2015</u>
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(2.814)	(1.407)	(4.221)
Quantidade de ações	371.647	185.830	557.477
Resultado por ação – R\$	(7,57)	(7,57)	(7,57)

14.1 RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Atendendo as disposições contidas na Instrução CVM nº 469/08 a Companhia vinha até 30/09/2016 optando em manter parte do saldo existente na conta até a sua efetiva realização. Efetuando novas projeções, não fora identificado à geração de caixas futuros (para os próximos 05 anos) em valores suficientes para compensação dos créditos fiscais de IRPJ e CSL sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, sendo nesta data revertido a respectiva reserva.

15 – RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
<i>Em milhares de Reais</i>				
Contratação de terceiros	(942)	(172)	(947)	(196)
Telefonia	(9)	-	(9)	-
Propaganda	(16)	-	(16)	-
Honorários	(8)	-	(8)	-
Perda Recebimento Crédito	(29.558)		(29.558)	
Outros	(2)	(8.201)	(2)	(8.201)
	(30.535)	(8.373)	(30.540)	(8.397)
Resultado Equivalencia Patrimnial	-5	-24	0	
	(30.540)	(8.397)	(30.540)	(8.397)

16 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Juros	5.070	6.137	5.070	6.137
	5.070	6.137	5.070	6.137
Despesas				
juros	(8.559)	(1.013)	(8.559)	(1.013)
Despesas bancarias	(7)		(7)	
	(8.566)	(1.013)	(8.566)	(1.013)

17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado (lucro real).

Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social	Controladora	
	30/09/2016	30/09/2015
<i>(em milhares de reais)</i>		
<i>Resultado antes da tributação sobre o lucro</i>	(34.035)	(3.273)
<i>Alíquota nominal combinada dos impostos</i>	34%	34%
<i>IRPJ e CSLL calculados as alíquotas nominais</i>	11.572	1.113
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva		
Efeitos de adições e exclusões permanentes:		
<i>Resultado da equivalência patrimonial</i>	(2)	(8)
<i>PECLD sobre contas a receber</i>	(13.312)	
<i>Despesas de imposto de renda e contribuição social</i>	(1.742)	1.105
Efeitos de adições e exclusões temporárias:		
<i>(-) Provisão para contingências jurídicas</i>	(1.880)	-
	(3.622)	1.105
<i>Impostos do exercício corrente</i>	(1.742)	-
<i>Impostos diferidos ativos</i>	(1.880)	1.105

18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no ativo e passivo equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros não contabilizados em 31 de setembro de 2016.

19 - INFORMAÇÕES RELEVANTES

19.1 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

No período de 1992 a 1994 a Companhia mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas à época com o pagamento do Imposto de Importação (II). Posteriormente, em função de ser a Argentina, um país membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17/05/2007. Em 22/02/2017, o Supremo Tribunal Federal da 3ª Região, publicou decisão transitada em julgado favorável a Companhia, não restando mais possibilidade de recurso por parte da Receita Federal, aguardando a processo de apuração dos valores. Nesta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S/A, estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos. Esta Contingência Ativa possui valor estimado atualmente superior a R\$ 110 milhões e a Companhia espera compensar quase que integralmente com as obrigações tributárias em cobrança pela Receita Federal.

19.2 PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema.

A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S/A, é a Duagro S.A. Administração e Participações, a qual possui atualmente 55,22 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição Acionária da Controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 71,81% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte S.A. e também é diretor da Companhia.

Saldo das contas envolvendo partes relacionadas	30/09/16	31/12/15
Contas a receber		
• Duagro S/A (<i>vide nota 7</i>)	32.063	29.799

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Laodse Denis de Abreu Duarte
Paula Cristina Huertas

Presidente
Membro

DIRETORIA

Laodse Denis de Abreu Duarte
Edison Cordaro

Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Nofonte
Responsável Técnico – CRC TC - 1SP 239.711